

Athena Healthcare Holding S.A.

CNPJ/MF nº 26.753.292/0001-27

Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2023		2022	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	11.061	1.379		
Contas a receber	4	84.498	-		
Estoques	5	4.732	-		
Tributos a recuperar	6	5.979	1.680		
Adiantamentos a fornecedores		263	115		
Partes relacionadas	17	17.100	10.258		
Despesas antecipadas	8	5.074	337		
Dividendos a receber		6.137	6.137		
Outros ativos		522	79		
Total do ativo circulante		135.366	19.985		
Não circulante					
Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório	7	13.323	19.439		
Despesas antecipadas	8	1.262	-		
Ativos fiscais diferidos	23	27.006	2.109		
Depósitos judiciais	18	763	-		
Investimentos	9	2.048.354	2.201.472		
Imobilizado	10	62.927	8.291		
Intangível	12	222.980	23.763		
Total do ativo não circulante		2.376.615	2.255.074		
Total do ativo		2.511.981	2.275.059		

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Athena Healthcare Holding S.A. ("Companhia" ou "Athena Healthcare"), é uma companhia fechada, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8501, 4º andar, sala F, cidade de São Paulo. A Companhia é controlada pela Athena Saúde Brasil S.A. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços médicos e hospitalares e a participação societária em outras empresas. **1.1. Reestruturação societária:** 1.1.1. Mudanças societárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Incorporação Hospital do Coração de Natal (HCON) pela Athena Healthcare Holding S.A. ("Athena Healthcare"). Em 01 de fevereiro de 2023 o Hospital Coração de Natal Ltda. foi incorporado pela Athena Healthcare que sucedeu em todos os direitos e obrigações. O acervo patrimonial do HCON foi absorvido por Athena Healthcare e por consequência ocorreu sua extinção resultando em um aumento de capital na Athena Healthcare no montante de R\$ 4.185. 1.1.2. Mudanças societárias ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022: Incorporação da Athena Nordeste pela Athena Healthcare, com objetivo de aumentar a eficiência operacional e simplificação societária. Nesse sentido, a Athena Healthcare sucedeu a Athena Nordeste em todos os direitos e obrigações. O acervo patrimonial da Athena Nordeste foi absorvido pela Athena Healthcare e, por consequência, ocorreu a extinção da Athena Nordeste, com aumento do capital social da Athena Healthcare no montante de R\$29.325. **2. Base de preparação e apresentação e das principais políticas contábeis** – 2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e nas normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A emissão destas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de julho de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, e com base na premissa de continuidade operacional de suas operações. **2.3. Declaração de continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos nas datas de fechamento dos balanços. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação de ativos ou passivos contratados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício conforme o regime de competência. **2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia são os seguintes: • Provisão para perda esperada de crédito (Nota 2.15); • Vida útil do ativo imobilizado e do intangível (Nota 2.10, 2.11); • Direito de uso e passivo de arrendamentos (Nota 2.13); • Provisão riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 2.16); • Análise de indicativos de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Nota 2.15); • Mensuração da receita de serviços hospitalares incorridos e não faturados (Nota 2.17). **2.6. Ágio na aquisição de investimentos societários:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado no custo na data da combinação do negócio. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("impairment"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. A Companhia, conforme estabelecido no CPC 15/IFRS 3, faz uso, quando necessário, do expediente relacionado ao período de mensuração da combinação de negócios,

onde é estabelecido que, caso uma combinação de negócios esteja incompleta ao término do período de reporte, seja reportado pelo adquirente, em suas demonstrações contábeis, os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta e, caso sejam identificadas modificações em ativos adquiridos e passivos assumidos, estes sejam ajustados retrospectivamente até o final da data de reporte, desde que atrelados a fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição. **2.7. Classificação circulante e não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante, quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **2.8. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. As aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata seguem a mesma política interna e não são mantidos para vencimento e outros fins. **2.9. Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e os custos necessários para realizar a venda. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vencidos ou obsoletos. **2.10. Imobilizado:** Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) – exercício de 2023:

Computadores e periféricos	27% ao ano
Benfeitorias	12% ao ano
Edificações	3% ao ano
Máquinas e equipamentos	21% ao ano
Móveis e utensílios	12% ao ano
Veículos	36% ao ano
Ativo de direito de uso	13% ao ano
Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. 2.11. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias) – exercício 2023:	
Marca com vida útil definida	5% ao ano
Carteira de clientes	11% ao ano
Software e outros	10% ao ano
Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para deter-	

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Transações de capital	Pagamento baseado em ações	Reservas de lucros	Resultado do exercício	Patrimônio atribuível à controladora	Patrimônio líquido	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.917.482	93.827	12.456	(9.804)	(27.471)	2.013.961	2.013.961	2.013.961
Integralização de capital	242.545	-	-	-	-	242.545	242.545	242.545
Redução do capital	(7.051)	-	-	-	7.051	-	-	-
Efeitos de transações entre sócios	-	327	-	-	291	618	618	618
Constituição de reservas	-	(2.596)	-	-	2.596	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(27.471)	(27.471)	(27.471)	(27.471)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.152.976	91.558	12.456	(27.337)	(27.471)	2.229.653	2.229.653	2.229.653
Integralização de capital	60.813	-	-	-	-	60.813	60.813	60.813
Efeitos de transações entre sócios	-	646	-	-	-	646	646	646
Constituição de reservas	-	(25)	-	-	25	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	77.669	77.669	77.669	77.669
Destinação para reserva de lucros	-	-	-	50.357	(50.357)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.213.789	92.179	12.456	50.357	(50.357)	2.368.781	2.368.781	2.368.781

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota explicativa		
	2023	2022	2022
Receita líquida	20	219.746	-
Custo dos serviços prestados	21	(156.204)	75
Lucro bruto	63.542	75	75
Despesas comerciais	21	(996)	(577)
Gerais e administrativas	21	(55.798)	(16.851)
Resultado de equivalência patrimonial	9	58.298	(13.286)
Outras receitas operacionais, líquidas	21	2.052	5.000
Total	3.556	(25.714)	-
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	67.098	(25.639)	-
Resultado financeiro, líquido	22	1.483	69
Receitas financeiras	22	(6.988)	(2.215)
Despesas financeiras	22	(5.505)	(2.146)
Total	61.593	(27.785)	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	61.593	(27.785)	-
Imposto de renda e contribuição social	23	-	-
Corrente	23	-	-
Diferido	23	16.076	314
Total	16.076	314	314
Resultado do exercício	77.669	(27.471)	-
Lucro líquido/(Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	77.669	(27.471)	-

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Resultado do exercício	77.669	(27.471)	77.669	(27.471)
Resultado abrangente total do exercício	77.669	(27.471)	77.669	(27.471)
Atribuível a acionistas controladores	77.669	(27.471)	77.669	(27.471)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	230.182	2.304	230.182	2.304
Resultado líquido antes do imposto de renda e contribuição social	61.593	(27.785)	61.593	(27.785)
Ajustes para reconciliar resultado:	(58.298)	13.286	(58.298)	13.286
Provisão para perda esperada de crédito	9.354	-	9.354	-
Provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(1.245)	(3.459)	(1.245)	(3.459)
Baixas de imobilizado e intangível	2.150	362	2.150	362
Baixa de passivo de arrendamento	107	-	107	-
Depreciação e amortização	21.311	9.187	21.311	9.187
Juros e variações monetárias líquidas	6.451	1.642	6.451	1.642
Variação nos ativos e passivos:	(33.515)	-	(33.515)	-
Contas a receber	1.544	(57)	1.544	(57)
Estoques	(1.861)	(57)	(1.861)	(57)
Adiantamentos a fornecedores	(25)	348	(25)	348
Despesas antecipadas	(5.742)	1.082	(5.742)	1.082
Outros ativos	(419)	(1.259)	(419)	(1.259)
Fornecedores	(4.353)	(180)	(4.353)	(180)
Adiantamento de clientes	180	-	180	-
Obrigações sociais e trabalhistas	24.068	3.452	24.068	3.452
Obrigações tributárias	2.772	304	2.772	304
Outros passivos	6.683	(911)	6.683	(911)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações	30.755	(4.833)	30.755	(4.833)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.265)	(27)	(1.265)	(27)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	29.490	(4.860)	29.490	(4.860)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	56.629	206.169	56.629	206.169
Aumento de capital	56.629	206.169	56.629	206.169
Integralização de capital em controlada	(103.743)	(205.337)	(103.743)	(205.337)
Obrigações pagas por aquisição de investimento	(480)	477	(480)	477
Aquisição de imobilizado e intangível	(10.327)	(18.447)	(10.327)	(18.447)
Transações com partes relacionadas	(2.110)	(2.880)	(2.110)	(2.880)
Dividendos e JSCP recebidos de subsidiárias	52.687	15.375	52.687	15.375
Caixa recebido	5.301	-	5.301	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.043)	(4.643)	(2.043)	(4.643)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(14.607)	(1.864)	(14.607)	(1.864)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(3.158)	(3.354)	(3.158)	(3.354)
Pagamento de passivos de arrendamento	(14.607)	(1.864)	(14.607)	(1.864)
Dividendos pagos de subsidiárias	-	14.901	-	14.901
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(17.765)	9.683	(17.765)	9.683
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	9.682	180	9.682	180
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.379	1.199	1.379	1.199
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.061	1.379	11.061	1.379

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023		2022	
	2023	2022	2023	2022
Receitas	230.182	2.304	230.182	2.304
Prestação de serviços	230.182	-	230.182	-
Outras receitas	904	2.304	904	2.304
Provisão para perda esperada de crédito	(10.090)	-	(10.090)	-
Insumos adquiridos de terceiros	(74.619)	22.430	(74.619)	22.430
Custo dos serviços prestados	(23.279)	75	(23.279)	75
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(53.865)	18.941	(5	

... continuação

de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de relatório para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

2.15. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia. Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Para fins de mensuração subsequentemente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Para fins de mensuração subsequentemente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros são posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou líquidos simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos financeiros da Companhia era: Contas a receber, Partes relacionadas, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Contas a pagar – aquisição de empresas os quais foram classificados como "Custo amortizado" ou ao valor justo por meio do resultado. A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os recebíveis não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **2.16. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões

são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios:** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. **Garantia de reembolso de contingência – ativo indenizatório:** Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão é reconhecido somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão. **2.17. Reconhecimento da receita:** Receita de contrato com clientes na atividade Hospitalar: Nas empresas hospitalares, as receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47/IFRS 15 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais. As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferir para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevante, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao valor a receber. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e futuras, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência. **2.18. Tributos: Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia é pelo lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. **Tributos diferidos ativos e passivos:** É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **2.19. Custos de transação:** Custos de transação são somente aqueles incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias para distribuição primária de ações ou bônus de subscrição, na aquisição e alienação de ações próprias, na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido. Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, são apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. Quando da emissão dos títulos, os valores são confrontados com o valor da captação e/ou ressarcidos dependendo da emissão primária ou secundária. Caso a emissão de títulos não seja efetivada, os valores atuais não reembolsados são registrados como despesa tão logo as condições de não emissão seja decidida. Esses custos estão na demonstração financeira na rubrica de despesas antecipadas. **2.20. Distribuição de lucros:** A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até o exercício social das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia adotará essas normas novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis):** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:** Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • O que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for o próprio um instrumento de patri-

Athena Healthcare Holding S.A.

mônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidência) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos	2023	2022
Certificados de depósitos bancários ("CDBs") e outras aplicações	5.936	1.377
Fundos de investimento	4.360	2
	765	–
	11.061	1.379

As aplicações financeiras incluem substancialmente operações compromissadas, CDBs e fundos de investimento em renda fixa. As operações compromissadas, realizadas através da compra de títulos com compromisso de recompra por uma instituição financeira por um preço e prazo pré-estabelecido e isentas de IOF, são utilizadas para gestão de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras em operações compromissadas e CDBs possui taxa média de remuneração de 100,8% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. A rentabilidade das aplicações financeiras em fundos de investimento acompanha o valor da cota de tais fundos, conforme variação dos ativos de renda fixa que compõem cada um dos fundos, com remuneração média 108% do CDI. **4. Contas a receber** – O saldo de contas a receber de clientes incluem operações comerciais com operadoras de saúde, convênios dos planos de saúde e odontológicos e clientes particulares da Companhia, líquido da respectiva provisão para perda esperada de crédito e glosas. A composição das contas a receber de clientes é demonstrada abaixo:

	2023	2022
Clientes faturados	60.051	–
Clientes a faturar (a)	32.593	–
Cartão de crédito	706	–
(b) Provisão para perda esperada de crédito e glosas	(8.852)	–
	84.498	–

(a) Valor referente receita dos procedimentos realizados e serviços prestados aos beneficiários que ainda estão em processo de faturamento e/ou pendentes de envio aos convênios associados. A composição dos valores a receber dos clientes faturados por idade de vencimento é como segue:

	2023	2022
A faturar	32.593	–
A vencer	36.279	–
Vencidos: Até 90 dias	10.574	–
Entre 91 e 180 dias	6.138	–
Entre 181 e 360 dias	5.275	–
Acima de 360 dias	2.491	–
Subtotal	93.350	–
(b) Provisão para perda esperada de crédito	(8.852)	–
	84.498	–

A seguir a movimentação dos exercícios de 2023 e 2022:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	501
Adições pela combinação de negócios	(10.090)
Complemento de provisão PCLD	–
Complemento de provisão	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	501
Baixa por perda efetiva	–
Complemento de provisão PCLD	(10.090)

Composição do saldo de investimento

	2022	Incorp-orações	Divi-dendos	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outras (a)	2023
AES	651.788	–	–	–	17.946	(669.734)	–
ASG	71.904	–	–	1.208	445	–	73.557
G&T	477	–	–	–	2.605	–	3.082
HCN	236.972	(239.212)	–	–	372	1.868	–
Humana Assistência Médica	1.143.311	(28.799)	–	198.865	(635)	6.128	1.318.870
Medplan Assistência Médica	97.020	4.208	–	(97.995)	3.554	(6.787)	–
Sames	–	–	(17.220)	–	9.669	280.555	273.004
Samp	–	–	(35.468)	1.665	–	20.195	275.820
São Bernardo Apart.	–	–	–	–	4.147	99.874	104.021
	2.201.472	(263.803)	(52.688)	103.743	58.298	1.332	2.048.354

Equivalência patrimonial

	2022	Incorp-orações	Divi-dendos	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Outras (a)	2023
AES	588.272	–	–	20.515	42.985	16	651.788
ASG	59.614	–	–	13.592	(1.302)	–	71.904
Athena Nordeste	180.238	(181.243)	–	–	1.005	–	–
G&T (b)	–	–	–	–	–	477	477
HCN	36.009	203.558	(14.901)	2.110	13.522	(3.326)	236.972
Humana Assistência Médica	1.054.048	–	–	159.740	(68.127)	(2.350)	1.143.311
Medplan Assistência Médica	89.009	–	–	9.380	(1.369)	–	97.020
	2.007.190	22.315	(14.901)	205.337	(13.286)	(5.183)	2.201.472

(a) Corresponde a amortização de mais-valias e transações de capital no patrimônio da controlada; (b) Adição pela aquisição de participação na empresa Gestão e Transformação.

10. Imobilizado – A movimentação em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dos saldos da Companhia foi a seguinte:

	2022	2023
Saldo no final do exercício	51.812	8.148
Circulante	5.774	1.363
Não Circulante	46.038	6.785
	51.812	8.148

2022 Adição (a) Depreciação

	2022	2023
Terenos	–	–
Computadores e periféricos	476	930
Benefitorias	279	5.238
Educação	–	102
Instalações	–	44
Máquinas e equipamentos	–	16.512
Móveis e utensílios	66	595
	821	23.421

Depreciação

	2022	2023
Computadores e periféricos	465	173
Benefitorias	383	–
Móveis e utensílios	68	7
	916	180

2023 Adição Depreciação

	2023	2022
Computadores e periféricos	465	173
Benefitorias	383	–
Móveis e utensílios	68	7
	916	180

11. Direito de uso e passivo de arrendamento – A Companhia possui arrendamentos com as naturezas de locação de imóveis e equipamentos e prestação de serviços utilizando as cláusulas normais de mercado para cancelamento e/ou extensão dos contratos. A taxa nominal de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado em cotações efetuadas com instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes aos contratos de arrendamento. **Movimentação no período:**

	2023	2022
Saldo no início do exercício	7.470	7.430
Novos contratos e renovação de contratos existentes	46.912	1.446
Depreciação	(9.507)	(1.406)
Saldo no final do exercício	44.875	7.470

Arrendamentos a pagar (registrado no passivo exigível)

	2023	2022
Saldo no início do exercício	8.148	7.810
Incorporações	43.638	–
Novos contratos e renovação de contratos existentes	8.662	1.446
Baixa por pagamento de passivos de arrendamento	(14.607)	(1.865)
Juros sobre passivos de arrendamento	5.865	757
Baixa (a)	106	–

Complemento de provisão Glosas

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(8.852)	–

Para maiores informações sobre a política de provisão de perda esperada de créditos e glosas vide Nota 2.15.

5. Estoques

Medicamentos	2.055	–
Materiais hospitalares	2.306	–
Materiais de higiene e limpeza	141	–
Almoxarifado	226	–
Outros materiais	4	–
Total	4.732	–

6. Tributos a recuperar

PIS e COFINS a recuperar	–	–
Imposto de renda e contribuição social	4.364	1.679
INSS a recuperar	1.615	–
Outros impostos	–	1
Total	5.979	1.680

7. Garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório

	2023	2022
Garantia de reembolso de contingências – GMI	2.222	9.326
Garantia de reembolso de contingências – HCN	11.101	10.113
Total	13.323	19.439

7.1. Movimentação da garantia de reembolso de contingências "GRC" – ativo indenizatório: O saldo de garantia de reembolso de contingências – ativo indenizatório é originado pela composição acima. Os riscos legais da Companhia na combinação de negócios são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimentos entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes das datas de aquisições das controladas.

Saldo em 31 de dezembro de 2021

Adição por incorporações	5.703
Movimentação de valor (Adição)	5.306
Movimentação de valor (Baixa)	(1.847)
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas	(108)
Atualização de provisão para demandas judiciais	6.495
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19.439

Saldo em 31 de dezembro de 2023

Movimentação de valor (Adição)	2.205
Movimentação de valor (Baixa)	(1.000)
Compensação entre GRC e contas a pagar – aquisição de empresas	(1.297)
Recebimento de indenizações	(25)
Atualização de provisão para demandas judiciais	(5.999)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13.323

8. Despesas antecipadas

Outras despesas antecipadas (a)	2023	2022
	6.336	337
Total	6.336	337

Circulante

	2023	2022
Circulante	5.074	337
Não circulante	1.262	–
Total	6.336	337

(a) Despesas com pagamento antecipado, com vigência de utilização em períodos subsequentes, as quais serão reconhecidas como despesas do período em que efetivamente forem incorridas, tais como apólices de seguros e contratos de serviços com prestação continuada. **9. Investimentos** – Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o seguinte saldo de investimento:

	Participação direta	Controladora	2023	2022
Athena Saúde Espírito Santo	–	–	–	–
Holding S.A. "AES"	100%	–	651.788	–
ASG Holding S.A. "ASG"	100%	73.557	71.904	–
Gestão e Transformação "G&T"	20,00%	3.082	477	–
Hospital do Coração de Natal Ltda. "HCN"	100%	–	236.972	–
Humana Assistência Médica Ltda. "HUMANA"	99,99%	1.318.870	1.143.311	–
Medplan Assistência Médica Ltda. "MEDPLAN"	99,99%	–	97.020	–
Serviços e Assistência Médica Especializada Ltda. "SAMÉS"	93,29%	273.004	–	–
SAMP – Espírito Santo Assistência Méd				

... continuação		Athena Healthcare Holding S.A.					
passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.							
12. Intangível	Taxa média anual de amortização	2022	Adição (a)	Baixas	Amortização	2023	
Marca sem vida útil definida	-	-	4.095	-	-	4.095	
Carteira de clientes	11%	-	20.114	-	(2.931)	17.183	
Software e outros	10%	23.763	7.503	(2.368)	(2.681)	26.217	
Total		23.763	31.712	(2.368)	(5.612)	47.495	
Agio por rentabilidade futura	-	-	175.485	-	-	175.485	
Total		23.763	207.197	(2.368)	(5.612)	222.980	
Software e outros	10%	7.020	18.267	(362)	(1.162)	23.763	
Total		7.020	18.267	(362)	(1.162)	23.763	
(a) Adição decorrente da incorporação do HCN, conforme mencionado na nota explicativa 1.1.							
13. Empréstimos e financiamentos							
Os empréstimos e financiamentos foram obtidos, basicamente, para aquisição de ativo imobilizado e para capital de giro e são compostos como segue:							
	Custo da dívida (% Vencimento a.a.)	2023	2022				
Contrato/Modalidade							
Cédula de Crédito Bancário - 4131 CDI + 1,6%		3.199	5.770				
Circulante		3.199	5.770				
Circulante		2.577	2.658				
Não circulante		622	3.112				
Total		3.199	5.770				
A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures está assim demonstrada:							
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		8.239					
Juros incorridos e apropriação de custos		885					
Amortizações		(2.491)					
Juros pagos		(863)					
Saldo final em 31 de dezembro de 2022		5.770					
Juros incorridos		585					
Juros pagos		(2.601)					
Varição cambial		(556)					
Saldo final em 31 de dezembro de 2023		3.199					
Os vencimentos das parcelas classificadas no não circulante em 2023 são os seguintes:							
Ano de vencimento							
2024		2.577					
2025		622					
Total		3.199					
14. Obrigações sociais e trabalhistas		2023	2022				
Salários e gratificações a pagar		7.504	1.341				
INSS e FGTS a recolher		6.559	2.833				
Provisão sobre férias e encargos		3.250	1.655				
Provisão para gratificações		13.895	2.267				
Repasso médico a pagar		2.018	-				
Outras obrigações trabalhistas		6.850	22				
Total		40.076	8.118				
15. Obrigações tributárias		2023	2022				
PIS e COFINS a recolher		888	308				
ISS a recolher		3.985	7				
Outros impostos a recolher		253	62				
Total		5.126	377				
16. Contas a pagar - aquisição de empresas		2023	2022				
Aquisição de parcela minoritária GMI - valor depositado		21	1.321				
Aquisição Gestão e Transformação		-	477				
Total de parcela retida (Sellers Finance) (a)		21	1.798				
A movimentação das contas a pagar por aquisição de empresas é como segue:							
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.429					
Adição		477					
Compensação entre GRC e contas a pagar - aquisição de empresas		(108)					
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.798					
Pagamentos efetuados		(480)					
Compensação entre GRC e contas a pagar - aquisição de empresas		(1.297)					
Saldo em 31 de dezembro de 2023		21					
(a) Valor retido para eventuais contingências, conforme acordado entre as partes.							
17. Partes relacionadas		2023	2022				
	Transações	Ativo	Passivo				
	Receitas	Despesas	Contas a Receber	Fornecedores			
HC Invest (a)	6.147	-	514	-			
HC Cardio (a)	136	25	-	-			
Oncoclinica São Marcos (a)	3.714	-	-	-			
Profilife Serviços médicos (a)	28	-	-	-			
Hospital Bom Samaritano S/S Ltda. (b)	-	882	-	-			
Hospital Santa Maria Ltda. (b)	-	1.084	-	-			
Vitoria Apart Hospital S/A (b)	-	392	99	-			
Humana Assistência Médica Ltda. (b)	29.486	942	7.023	4			
Athena Saúde Brasil (b)	-	-	4.494	-			
Casa de Saúde (b)	-	820	-	-			
Centro Médico Maranhense (b)	-	320	-	-			
ASG Holdings (b)	-	73	131	-			
SAMP (b)	-	2.302	-	-			
Hospital São Pedro (b)	-	205	-	-			
Hospital Med Imagem (b)	-	952	-	-			
Hospital das Clínicas Alagoinhas (b)	-	275	-	-			
Humana Sul (b)	-	1.220	-	-			
Hospital Marechal Candido Rondon (b) - São Bernardo Apart (b)	-	244	-	-			
SAMES (b)	-	195	-	-			
Instituto de Radiologia São Luis (b)	-	50	-	-			
Total	29.622	11.248	17.100	5.242			
	Transações	Ativo	Passivo				
	Receitas	Despesas	Contas a Receber	Fornecedores			
Hospital Bom Samaritano S/S Ltda. (b)	-	304	-	-			
Hospital Santa Maria Ltda. (b)	-	872	-	-			
Vitoria Apart Hospital S/A (b)	-	39	955	7			
Humana Assistência Médica Ltda. (b)	-	3.882	4	-			
Athena Saúde Brasil (b)	-	-	4.547	-			
Casa de Saúde (b)	-	237	-	-			
Centro Médico Maranhense (b)	-	54	-	-			
ASG Holdings (b)	-	73	101	-			
SAMP (b)	-	1.663	-	-			
Hospital São Pedro (b)	-	148	-	-			
Hospital Med Imagem (b)	-	1.036	-	-			
Hospital das Clínicas Alagoinhas (b)	-	89	-	-			
Humana Sul (b)	-	325	-	-			
Hospital Marechal Candido Rondon (b) - São Bernardo Apart (b)	-	145	-	-			
SAMES (b)	-	88	-	-			
Instituto de Radiologia São Luis (b)	-	71	6	-			
Hospital Coração de Natal (b)	-	10	-	-			
Total	39	10.258	4.665				
Os saldos de transações entre partes relacionadas que afetam o balanço patrimonial são classificados de acordo com a sua natureza entre as rubricas de Contas a Receber ou Partes relacionadas no ativo e Partes relacionadas ou Fornecedores no passivo. (a) Contratos de prestação de serviços com empresas de diretores, acionistas e/ou de seus familiares e empresas relacionadas a gestora do acionista controlador (Fundo VI), os quais estão relacionados a serviços médicos, consultorias, outros serviços relacionados a operação e de apoio ao back-office e aquisição de equipamentos, insumos médicos, orteses, próteses e matérias especiais. (b) Referem-se a operações entre empresas do Grupo, são elas: Contratos de prestação de serviços ou para aquisição de insumos; contratos de rateio de despesas (contratos de cost sharing que possui critérios e objetivos específicos); ou contratos de mútuo. 18. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas							
		2023	2022				
Cíveis		6.486	3.633				
Tributárias		5.897	6.401				
Trabalhistas		720	537				
Total		13.103	10.571				
Depósitos judiciais (a)		763	-				
(a) Refere-se a depósitos judiciais, apresentados no ativo, que estão correlacionados às provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários. 18.1. Movimentação das provisões:							
Saldo final em 2021		2.762					
Adição por incorporações		1.314					
Adições		532					
A expectativa da Companhia é que os créditos fiscais diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social tenham as seguintes realizações:							
		2024	2025	2026	2027	2028 - 2033	Total
		516	1.595	2.869	4.510	11.613	21.103
Para as demais diferenças temporárias a Administração estima a realização entre 1 e 5 anos. 23.3 Impostos diferidos: O prejuízo fiscal acumulado possui compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui data de vencimento. A							
Ativo		2022					
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição		21.103					21.103
Provisão para perda esperada de crédito		3.010					3.010
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		3.096					3.096
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura		(10.296)					(10.296)
Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios		1.595					1.595
Efeitos sobre arrendamento mercantil		306					306
Ajuste de taxa de amortização e depreciação fiscal		(107)					(107)
Outros		208					208
Total do ativo fiscal diferido		2.109					16.076
Ativo		2021					
Amortização da mais-valia sobre combinações de negócios		99					665
Efeitos sobre arrendamento mercantil		177					129
Outros		(480)					(480)
Total do ativo fiscal diferido		276					314
24. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. A Diretoria reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discutir sobre os riscos e as exposições. 24.1. Gestão do risco de capital: A Companhia administra seu capital para assegurar que a Companhia possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral do Grupo não sofreu alteração. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido deduzido pelo caixa e saldos bancários e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participação de não controladores. A Administração revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. 24.2. Gestão do risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis. A exposição máxima do risco de crédito da Companhia é representada pelos valores contábeis das contas a receber de R\$84.498. A Companhia não detém nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, a Companhia concentra a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte. 24.3. Gestão do risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:							
	Valor Contábil	Fluxo de caixa	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
31 de dezembro de 2023							
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	3.199	3.199	1.289	1.289	621	-	-
Fornecedores	16.305	16.305	16.305	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	51.812	51.812	3.603	2.157	4.402	11.529	30.121
Dividendos a pagar	1.772	1.772	-	1.772	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de empresas	21	21	-	-	-	-	-
Total	72.014	72.014	21.297	5.168	6.023	11.529	30.121
31 de dezembro de 2022							
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	5.770	5.770	1.330	1.330	3.110	-	-
Fornecedores	4.177	4.177	4.177	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	8.148	8.148	665	698	1.499	5.286	-
Dividendos a pagar	1.772	1.772	-	1.772	-	-	-
Contas a pagar - aquisição de empresas	1.798	1.798	1.777	21	-	-	-
Total	21.665	21.665	10.049	3.830	4.609	5.286	-
Risco de seguro: O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde. No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada. Adicionalmente, a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e o impacto direto nos contratos com os clientes. No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade. 24.4. Categoria dos instrumentos financeiros							
	2023	2022					
Ativos financeiros							
Circulante:							
Contas a receber	84.498	-					
Partes relacionadas	17.100	10.258					
Passivos financeiros							
Circulante:							
Fornecedores	16.305	4.177					
Arrendamentos	5.774	1.363					
Empréstimos e financiamentos	2.577	2.658					
Dividendos a pagar	1.772	1.772					
Contas a pagar - Aquisição de empresas	21	1.798					
Partes relacionadas	4.728	4.665					
Não circulante:							
Arrendamentos	46.038	6.785					
Empréstimos e financiamentos	6.222	3.112					
Total	157.962	107.506					
Ativos financeiros	Valor Justo	2023	2022				
Circulante:							

... continuação

Athena Healthcare Holding S.A.

opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, preparada sob a responsabilidade da Entidade, cuja apresentação é obrigatória para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa

responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis da administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das

políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 12 de Julho de 2024.
Audiaplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
 CRC-CE 000.282/0-9
Rafael Miranda de Figueiredo – Contador CRC-CE 20.880/0-7

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/08/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



CCAB Agro S.A.

CNPJ/MF nº 08.938.255/0001-01

Balanco Patrimonial em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	30/06/2025	30/06/2024	Ativo	Nota	30/06/2025	30/06/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	07	42.453	41.292	Fornecedores	20	668.974	517.208
Contas a receber de clientes	08	754.829	549.132	Empréstimos e financiamentos	21	183.274	160.842
Estoques	09	208.162	137.767	Partes relacionadas	11	185.468	142.863
Impostos a recuperar	10	68.768	50.765	Instrumentos financeiros derivativos	12	77.226	4.556
Partes relacionadas	11	1.347	1.010	Obrigações com pessoal	22	5.841	6.042
Instrumentos financeiros derivativos	12	18.252	58.788	Impostos e contribuições a recolher	24	4.127	2.208
Outros ativos circulantes	13	10.219	32.569	Passivo de arrendamento	18	2.536	2.507
		1.104.030	871.323	Outros passivos circulantes	25	56.574	17.478
						1.184.020	853.704
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber de clientes	08	45.019	50.248	Passivo de arrendamento	18	3.354	4.419
Impostos diferidos	15	145.053	115.035	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	23	5.332	6.338
Outros ativos não circulantes	13	853	2.296			8.686	10.757
Ativos mantidos para venda		3.500	3.500				
		194.425	171.079	Patrimônio líquido			
Imobilizado	17	713	1.361	Capital Social	26	110.198	110.198
Ativos de direito de uso	18	4.727	5.866	Reserva de capital		107.523	107.523
Intangível	19	62.747	49.862	Reserva de lucros		(16.457)	15.692
		68.187	57.089	Outros resultados abrangentes		(27.328)	1.617
						173.936	235.030
Total do ativo		1.366.642	1.099.491	Total do passivo e patrimônio líquido		1.366.642	1.099.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
1. Contexto operacional – A CCAB Agro S.A. ("Companhia"), constituída em 30 de maio de 2007, com sua sede social localizada na Alameda Santos, 2.159 – 6º andar, São Paulo, estado de São Paulo, tem como missão primordial o desenvolvimento do negócio de defensivos agrícolas, gerando para seus sócios valor incremental através de toda a cadeia produtiva do agronegócio. Como parte do plano de desenvolvimento da Companhia, em 29 de dezembro de 2016, a Companhia passou a ter como seu sócio controlador a INVIVO, um grupo francês, com mais de 200 Cooperativas associadas, que tem suas atividades divididas em três áreas: Agricultura ("Invivo Agro"); Varejo ("Invivo Retail"); e Vinho ("Invivo Wine"). Atualmente a Companhia tem como sócias as empresas INVIVO Agrosociencias e CCAB Participações Ltda.	2. Base de preparação – A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 25 de julho de 2025. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.	3. Moeda funcional e moeda de apresentação – Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.	4. Uso de estimativas e julgamentos – As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa, periódica e tempestivamente, estas estimativas e suas premissas pelo menor anualmente. Caso haja modificações advindas das revisões das estimativas estas são reconhecidas prospectivamente. i) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 30 de junho de 2023 e exercícios futuros estão incluídas principalmente nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 8 – Contas a Receber – Provisão para perdas estimadas. • Nota Explicativa nº 9 – Estoques – Provisão para perdas na realização dos estoques. • Nota Explicativa nº 15 – Impostos diferidos – Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos. • Nota Explicativa nº 19 – Intangível – Recuperação de custos de desenvolvimento e taxas de amortização. • Nota Explicativa nº 12 – Instrumentos financeiros – Valorização e mensuração. • Nota Explicativa nº 18 – Direito de uso – estimativa taxa incremental de juros. • Nota Explicativa nº 23 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 30 de junho de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/06/2025	30/06/2024		30/06/2025	30/06/2024	
Receita operacional líquida	27	1.641.808	1.035.532	Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Custos dos produtos e mercadorias vendidos	28	(1.526.674)	(972.912)	Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(48.163)	(81.850)
Lucro bruto		115.134	62.620	Ajustes para conciliar o prejuízo antes dos impostos de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Despesas operacionais				Depreciação e amortização		2.714	2.412
Despesas com vendas	28	(106.431)	(45.891)	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis		174	2.074
Despesas administrativas e gerais	28	(61.790)	(49.003)	Resultado na baixa de ativos de direito de uso		(7.657)	586
Outras despesas operacionais	29	(14.631)	(49.344)	Perda em créditos sobre as contas a receber		5.768	(8.609)
Total das despesas operacionais		(182.852)	(144.238)	Perda em créditos sobre outras contas a receber		(1)	(981)
Despesas financeiras				Provisão (reversão) para realização de estoque		(45.656)	46.521
Despesas financeiras		(207.753)	(164.741)	Provisão (reversão) para desconto pontualidade		(964)	(35)
Receitas financeiras		227.308	164.509	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(1.006)	408
Resultado financeiro líquido		19.555	(232)	Ajuste a valor presente		1.762	16.378
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(48.163)	(81.850)	Ganho com instrumentos financeiros derivativos não realizada		35.546	(22.145)
Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido		15	16.014	Encargos Financeiros sobre mútuo		20.449	17.803
Prejuízo líquido do exercício		(32.149)	(26.273)	Encargos Financeiros sobre arrendamento		373	1.016
				Encargos Financeiros provisionados – terceiros		22.879	20.075
				Varição cambial não realizada		(77.310)	102.315
						(91.092)	95.968
				(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
				Contas a receber		(223.441)	(428.406)
				Partes relacionadas a receber		(337)	(755)
				Estoques		(24.328)	160.204
				Impostos e contribuições a recuperar		(18.003)	(21.805)
				Outros ativos		24.256	(19.392)
				Ativo mantido para venda		-	130
				Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
				Fornecedores		246.649	345.674
				Partes relacionadas a pagar		1.565	1.208
				Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.169	30.065
				Obrigações com pessoal		(201)	(240)
				Outros passivos		40.060	(16.550)
				Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(43.703)	146.101
				Juros pagos dos empréstimos		(24.424)	(20.301)
				Juros pagos do mútuo		(64.921)	(20.434)
				Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
				Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(133.048)	105.366
				Fluxos de caixa das atividades de investimento			
				Aquisição de ativo imobilizado, ativo direito de uso e intangível		(6.735)	(7.132)
				Instrumentos financeiros derivativos liquidados		35.461	(44.249)
				Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		28.726	(51.381)
				Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
				Captação de empréstimos e financiamentos – Terceiros		170.580	145.725
				Captação de empréstimos e financiamentos – Partes Relacionadas		792.434	199.915
				Amortização de empréstimos e financiamentos		(145.725)	(107.000)
				Passivo de arrendamento		(1.003)	(2.667)
				Amortização de mútuo com empresas ligadas		(710.803)	(278.761)
				Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		105.483	(42.788)
				Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.161	11.197
				Caixa e equivalentes de caixa			
				No início do exercício		41.292	30.095
				No fim do exercício		42.453	41.292
				Aumento do caixa e equivalentes de caixa		1.161	11.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

justo por meio do resultado. **Passivo a Custo amortizado:** O valor pelo qual o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos a amortização do principal, mais ou menos a amortização acumulada, utilizando-se o método de juros efetivos, de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor no vencimento. **Desreconhecimento (baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. No caso de renegociação, quando os fluxos de caixa contratuais de passivo financeiro forem renegociados ou de outro modo modificados e a renegociação ou modificação não resulta no desreconhecimento desse passivo financeiro de acordo com este pronunciamento, a entidade deve recalcular o valor contábil bruto do passivo financeiro e reconhecer o ganho ou a perda na modificação no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge – Reconhecimento inicial e mensuração:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e não derivativos (empréstimos) visando minimizar os riscos decorrentes da exposição em moeda estrangeira, representada por vendas realizadas em moeda estrangeira e compras a serem realizadas em moeda estrangeira de fornecedores estrangeiros. Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz da variação cambial dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido classificado como outros resultados abrangentes. As operações continuam...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/08/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

rações de swap não são designadas para hedge accounting, e seus respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado financeiro. Para fins de contabilidade de hedge (hedge accounting), existem as seguintes classificações: • Hedge de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido; • Hedge de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou • Hedge de investimento líquido em uma unidade operacional estrangeira. No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto de hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados. O índice de hedge é mensurado pela relação entre o montante contratado de instrumento de hedge e o montante de mercadoria importada efetivamente comprada. Haverá necessidade de rebalanceamento da relação de hedge quando a contratação de instrumentos financeiros derivativos (NDFs) passe a refletir uma relação diferente da inicialmente estipulada na Política de Hedge da Companhia. **Hedge de valor justo:** A cobertura de valor justo atende aos critérios de qualificação definidos pelo CPC 48. A relação de proteção é contabilizada da seguinte forma: (a) O ganho ou a perda no instrumento de hedge é reconhecido no resultado (ou outros resultados abrangentes), se o instrumento de hedge protege o instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes; (b) O ganho ou a perda protegida no item protegido é ajustado ao valor contábil do item protegido (se aplicável) e é reconhecido no resultado. Se o item protegido for ativo financeiro (ou componente dele) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o ganho ou a perda protegida no item protegido é reconhecido no resultado. Contudo, se o item protegido for instrumento patrimonial para o qual a entidade escolheu apresentar alterações no valor justo em outros resultados abrangentes, esses valores permanecem em outros resultados abrangentes. Quando o item protegido for compromisso firme não reconhecido (ou componente dele), a alteração acumulada no valor justo do item protegido, subsequente à sua designação, é reconhecida como ativo ou passivo com o ganho ou a perda correspondente reconhecida no resultado. Quando o item protegido no hedge de valor justo é um compromisso firme (ou componente dele) para adquirir o ativo ou assumir o passivo, o valor contábil inicial do ativo ou passivo que resulte do atendimento pela entidade do compromisso firme é ajustado para incluir a alteração acumulada no valor justo do item protegido que foi reconhecido no balanço patrimonial. Os ajustes incidentes do item (b) é amortizado no resultado, se o item protegido for instrumento financeiro (ou componente dele) mensurado ao custo amortizado. A amortização pode ter início assim que houver o ajuste e inicia-se quando o item protegido deixa de ser ajustado para ganhos e perdas de hedge. A amortização é baseada na taxa de juros efetiva, recalculada na data em que começa essa amortização. No caso de ativo financeiro (ou componente dele) que seja um item protegido e que seja mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é aplicada a amortização da mesma forma, mas ao valor que representa o ganho ou a perda acumulada anteriormente reconhecido, em vez de ajustar o valor contábil. **Hedge de fluxo de caixa:** A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro. Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de hedge em particular excluir da avaliação da eficácia de hedge um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de hedge, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido em conta separada no grupo de outros resultados abrangentes. Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a relação objeto de hedge afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de hedge for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de hedge for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro. Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado, exercido ou descontinuado sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido. **I) Capital social:** As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos conforme definido em Estatuto Social, quando exigíveis, são reconhecidos como passivo. **m) Redução ao valor recuperável – Impairment – Ativos não financeiros:** A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação com bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **n) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **o) Demais ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **p) Provisão para demandas judiciais:** As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado de desembolso de caixa futuro, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião das assessorias legais, internas e externas, da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na Nota Explicativa nº 24. **q) Ajustes a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos mo-

netários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. **r) CPC 06 (R2) – Arrendamentos:** A CCAB avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A CCAB reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Escritório Comercial: 10 anos • Veículos automotores: 3 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo se os arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **s) Questões climáticas:** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. **t) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A CCAB decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:** As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)) – Instrumentos Financeiros: Divulgações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. **u) Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A CCAB pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa para operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opção de classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entraram em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. **Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separa-**

CCAB Agro S.A.

das, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **7. Caixa e equivalentes de caixa** 30/06/2025 30/06/2024 Caixa e bancos 42.453 41.292 **Total** 42.453 41.292 **8. Contas a receber de clientes** 30/06/2025 30/06/2024 Mercado interno 874.581 651.140 (-) Ajuste a valor presente (a) (53.452) (36.247) (-) Provisão para perdas estimadas (21.281) (15.513) **Total** 799.848 599.380 Circulante 754.829 549.132 Não circulante 45.019 50.248 (a) Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de junho de 2025 a taxa de desconto de 14,04% a.a., correspondente ao custo médio ponderado de captações (13,48% em 30 de junho de 2024). Abaixo demonstramos o movimento na provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber: 30/06/2025 30/06/2024 Saldo inicial (15.513) (24.122) Adições (11.304) (46.735) Reversões 6.536 55.344 **Saldo final** (21.281) (15.513) O vencimento do contas a receber na data base das demonstrações financeiras está demonstrado a seguir: 30/06/2025 30/06/2024 À vencer 781.956 600.806 **Vencidos:** Até 30 dias 3.482 2.718 Entre 31 a 60 dias 55.995 31.801 Entre 61 a 90 dias 466 922 Entre 91 a 180 dias 29 3 Acima de 180 dias 32.653 14.890 **Total** 874.581 651.140 (-) Ajuste a valor presente (53.452) (36.247) (-) Provisão para perdas estimadas (a) (21.281) (15.513) **Total líquido** 799.848 599.380 (a) A Companhia adotou em 1º de julho de 2019, as diretrizes do IFRS 9/CP48 “Instrumentos financeiros”, nova norma que determinou o reconhecimento de provisões para perdas estimadas do contas a receber, a partir de métricas que definem a capacidade de seus clientes em honrar com seus compromissos. A provisão para perda é registrada quando há evidência objetiva de que a CCAB não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perda estimada no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na Demonstração do Resultado, na rubrica de

despesas administrativas. **9. Estoques** 30/06/2025 30/06/2024 Produtos acabados 211.287 140.757 Estoques em poder de terceiros 389 29.698 Estoques em trânsito 5.299 22.192 (-) Ajuste a valor presente (a) (4.299) (4.710) (-) Perda estimada para redução ao valor realizável líquido (4.514) (50.170) **Total** 208.162 137.767 A movimentação da perda para redução ao valor realizável líquido dos estoques está assim representada: 30/06/2025 30/06/2024 Saldo inicial (50.170) (3.649) Adições (d) (1.585) (48.171) Reversões (b) (c) (d) 47.241 1.650 **Saldo final** (4.514) (50.170) (a) Para cálculo do ajuste a valor presente foi utilizada em 30 de junho de 2025 a taxa de desconto de 14,04% a.a., correspondente ao custo médio ponderado de captações (13,48% em 30 de junho de 2024). (b) No período anterior ocorreram reversões de provisões por conta de faturamentos de produtos anteriormente provisionados. A empresa fez campanha promocional que resultou na venda desses produtos. (c) De acordo com o movimento do período anterior, nesta safra a companhia continuou realizando campanha promocional de venda de produto que estavam na base de provisão. (d) No período anterior, a Companhia reconheceu uma provisão para perdas por obsolescência de estoques no montante de R\$46 milhões. Durante o período corrente, a provisão obteve sua efetividade, sendo revertida e finalizada. **10. Impostos a recuperar** 30/06/2025 30/06/2024 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS 5.726 5.726 Imposto de renda retido na fonte – IRRF 4.187 4.262 Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ (a) 16.176 12.262 Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL (a) 17.275 17.160 Programa de integração social – PIS 7.215 1.912 Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS 17.358 7.610 Imposto sobre produtos industrializados – IPI 831 1.834 **Total** 68.768 50.765 (a) Os créditos de IRPJ/CSLL de exercícios anteriores referente a subvenção de ICMS advinda do convenio 100/17, foram devidamente recebidos dentro do período de junho/24, sendo contabilizado o valor em caixa de R\$25 milhões, assim como contabilizamos o valor integral dos créditos em um montante de R\$13 milhões a serem recebidos conforme homologação da RFB. Essa segregação dos saldos contabilizados, podemos observar a menção na nota explicativa 15, onde é demonstrado o efeito no resultado. **11. Partes relacionadas** – As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e em condições acordadas entre as partes. Em 30 de junho de 2025 e 2024 não houve a necessidade de constituição de “impairment” (provisão para perdas esperadas de créditos) envolvendo operações com partes relacionadas. **Nota de crédito despesas administrativas** Ativo circulante 30/06/2025 30/06/2024 Invívo Group (a) 1.347 1.010 **Total** 1.347 1.010 (a) Valor referente a mútuo na prestação de serviço de TSA (“Technical Service Agreement”) a pagar líquido das despesas anuais a receber do grupo Invívo que compõe a posição net de R\$1.347 em 30 de junho de 2025 (R\$1.010 em 30 de junho de 2024). **Passivo** 30/06/2025 30/06/2024 Fornecedores e Serv. 1.229 1.060 Mútuos a pagar 1.229 1.060 **Total a pagar** 2.458 2.120 **Total** 180.562 139.522 (b) O valor de R\$180.562 (R\$ 139.522 em 2024) corresponde a um contrato de Mútuo obtido pela Companhia junto a sua controladora nos anos de 2024 e 2025 remunerados a 9% a.a. A movimentação do mútuo é apresentada no quadro abaixo. 30/06/2025 30/06/2024 Saldo no início do exercício 139.522 180.310 Captação 792.434 199.915 Pagamento do principal (710.803) (278.761) Pagamento de encargos (64.921) (20.434) Variação cambial 3.881 40.689 Encargos incorridos 20.449 17.803 **Saldo ao final do exercício** 180.562 139.522 **Remuneração dos administradores:** A remuneração dos administradores referente ao exercício findo em 30 de junho de 2025 totalizou R\$6.201 (R\$5.969 em 2024). Os saldos das transações com partes relacionadas em 30 de junho de 2025 e 2024, que influenciarão o resultado do exercício são os seguintes: Resultado 30/06/2025 30/06/2024 Despesas financeiras com mútuo 44.450 25.592 Honorários de consultoria (despesa administrativa) 6.985 3.595 Receita com venda de Serviços 2.327 1.268 Outras receitas administrativas 2.327 1.268 **Total** (44.450) 25.592 **Total** 180.562 139.522 CCAB Participações Ltda. Invívo Group Invívo Agrosciences Corporate. **Total** (18.531) 4.752 (5.919) (5.919) **Total** (18.531) 4.752 (5.919) (5.919) **Total** 2.057 1.596 CCAB Participações Ltda. Invívo Group Invívo Agrosciences Corporate. **Total** (18.531) 4.752 (5.919) (5.919) **Total** 2.057 1.596

12. Instrumentos financeiros – a) Classificação contábil e valores justos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio). A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo ou custo amortizado com vencimentos na Safra seguinte 24/25. **Instrumentos financeiros classificados por categoria:** 30/06/2025 Nível Valor justo por meio do resultado Valor justo por meio de outros resultados abrangentes Custo amortizado Total Caixa e equivalentes de caixa 1 42.453 - - 42.453 Contas a receber de clientes - - - 799.848 Partes relacionadas - - 1.347 1.347 Instrumentos financeiros derivativos 2 18.252 - - 18.252 Outros ativos circulantes - - 10.219 10.219 Outros ativos não circulantes - - 853 853 **Total** 42.453 18.252 812.267 872.972 30/06/2024 Nível Valor justo por meio do resultado Valor justo por meio de outros resultados abrangentes Custo amortizado Total Caixa e equivalentes de caixa 1 41.292 - - 41.292 Contas a receber de clientes - - 599.380 599.380 Partes relacionadas - - 1.010 1.010 Instrumentos financeiros derivativos 2 58.788 - - 58.788 Outros ativos circulantes - - 32.569 32.569 Outros ativos não circulantes - - 2.296 2.296 **Total** 41.292 58.788 635.255 735.335 30/06/2025 Nível Valor justo por meio do resultado Valor justo por meio de outros resultados abrangentes Custo amortizado Total Fornecedores e financiamentos 2 - - 668.974 668.974 Empréstimos e financiamentos 2 - - 183.274 183.274 Instrumentos financeiros derivativos 2 77.226 - - 77.226 Outros passivos circulantes - - 56.574 56.574 Outras contas a pagar com partes relacionadas - - 185.468 185.468 **Total** 77.226 1.094.290 1.171.516

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/08/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

CCAB Agro S.A.

	30/06/2024				30/06/2025				30/06/2024						
	Nível	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total	Nível	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total	Nível	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Custo amortizado	Total
Passivos															
Fornecedores	-	-	-	517.208	517.208	-	-	-	517.208	517.208	-	-	-	517.208	517.208
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	160.842	160.842	-	-	-	160.842	160.842	-	-	-	160.842	160.842
Instrumentos financeiros derivativos	2	-	4.556	-	4.556	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	-	-	-	17.478	17.478	-	-	-	17.478	17.478	-	-	-	17.478	17.478
Outras contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	142.863	142.863	-	-	-	142.863	142.863	-	-	-	142.863	142.863
Total			4.556	838.391	842.947										
<p>Valor justo versus valor contábil: Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo. Nível 1 – preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Nível 3 – técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação. Estrutura de gerenciamento de risco: A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos por meio de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas. As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de preço dos defensivos agrícolas, de taxa de câmbio e de taxa de juros). i) Risco de crédito: Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas que de forma geral são garantidas por Cédula de Propriedade Rural (CPR) ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e do estabelecimento de limites de venda. Com relação ao grau de exposição ao risco, a Administração considera baixo, tendo em vista que a Companhia possui uma base de clientes selecionada e devido à baixa concentração de suas operações. As operações de venda a prazo com exposição acima de USD75 mil têm CPRs como garantia, bem como a Companhia tem por prática de crédito ter concentração máxima por cliente de até 5% do seu portfólio total de recebíveis. A Companhia possui ainda um importante mitigante de risco que está baseado em regra de governança do Acordo de Acionistas de sua holding, onde cada grupo acionista responde cumulativamente com seus dividendos futuros e ações pelas obrigações de seus produtores. ii) Risco de liquidez: A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios mantém flexibilidade na captação de recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias. A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação a manutenção de planos de financiamento de dívida. a) Aging passivos futuros: O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações na data de 30 de junho de 2025.</p>															
Empréstimos e financiamentos															
Passivo circulante	-	-	-	183.274	183.274	-	-	-	160.842	160.842	-	-	-	183.274	183.274
Total				183.274	183.274				160.842	160.842				183.274	183.274
<p>d) Risco de taxas de juros: A Companhia está exposta às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos. A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI, nos empréstimos, debentures e mútuos com partes relacionadas. A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. A estabilidade da taxa CDI para o próximo exercício social, manteria o patrimônio e o resultado do exercício. Um aumento ou redução da taxa CDI para o próximo exercício teria o mesmo efeito, porém com resultado oposto, considerando que todas as outras variáveis mantinham-se constantes.</p>															

	30/06/2025				30/06/2024			
	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+25%)	Cenário I (+50%)	Cenário I (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário I (+25%)	Cenário I (+50%)
Ativos								
Contas a receber de clientes	799.848	45.726	22.863	34.295	599.380	11.988	5.478	6.826
Estoques	208.162	4.299	2.150	3.226	184.651	3.693	1.847	2.770
Contas a receber com a venda de ativos	3.500	315	158	235	3.500	315	158	236
Outras contas a receber	11.072	7.726	3.863	5.794	34.865	3.487	1.744	2.615
Total Ativos	1.022.582	58.066	29.034	43.550	822.396	19.483	9.743	14.612
Passivos								
Fornecedores	668.974	29.939	14.969	22.454	517.208	15.516	7.758	11.637
Total Passivos	668.974	29.939	14.969	22.454	517.208	15.516	7.758	11.637
Passivos								
Empréstimos	183.274	7.049	3.525	5.287	160.842	11.259	5.630	8.444
Total Passivos	183.274	7.049	3.525	5.287	160.842	11.259	5.630	8.444

São consideradas para esta análise de sensibilidade, apenas as posições atreladas a taxa de juros (CDI). **e) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito acima. A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados com base nos seus controles internos. Para gestão das suas exposições cambiais, a Companhia contrata instrumentos derivativos com o objetivo de hedge (NDFs de dólar norte americano). A tabela abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. **Demonstrativo das respectivas contrapartes e mercado de negociação ou de registro dos instrumentos:** O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações:

Tipo de ativo	Indexador/ moeda	Contraparte	Local de registro	Vencimento	Notional Valor de referência	30/06/2025		30/06/2024		Notional Valor de referência	30/06/2025		30/06/2024	
						Gainho	Perda	Gainho	Perda		Gainho	Perda	Gainho	Perda
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	04/06/2024	5.000	-	-	1.419	-	5.000	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	04/06/2024	4.000	-	-	207	-	4.000	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	11/06/2024	1.300	-	-	(290)	-	1.300	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	11/06/2024	2.300	-	-	(624)	-	2.300	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	11/06/2024	900	-	-	242	-	900	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	11/06/2024	1.200	-	-	451	-	1.200	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	11/06/2024	1.300	-	-	286	-	1.300	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	18/06/2024	1.000	-	-	(407)	-	1.000	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	18/06/2024	3.000	-	-	688	-	3.000	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	18/06/2024	800	-	-	323	-	800	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	25/06/2024	2.500	-	-	894	-	2.500	-	-	-	
SWAP	BRL	Banco Itaú S/A	Cetip	30/06/2024	33.600	-	-	3.576	-	33.600	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	25/06/2024	3.200	-	-	(1.160)	-	3.200	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco BMG S/A	Cetip	25/06/2024	600	-	-	220	-	600	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	25/06/2024	5.000	-	-	1.072	-	5.000	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú S/A	Cetip	26/06/2024	15.687	-	-	4.043	-	15.687	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	27/06/2024	14.885	-	-	5.306	-	14.885	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	27/06/2024	5.000	-	-	(2.546)	-	5.000	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	27/06/2024	5.000	-	-	(2.552)	-	5.000	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	27/06/2024	2.000	-	-	(1.017)	-	2.000	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	27/06/2024	3.700	-	-	(1.074)	-	3.700	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	27/06/2024	1.000	-	-	(384)	-	1.000	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	27/06/2024	2.400	-	-	(1.233)	-	2.400	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	27/06/2024	1.400	-	-	(690)	-	1.400	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	27/06/2024	500	-	-	(180)	-	500	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Santander	Cetip	27/06/2024	10.480	-	-	3.274	-	10.480	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú S/A	Cetip	05/08/2025	16.426	-	(1.536)	-	-	16.426	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Bradesco	Cetip	15/07/2025	20.884	-	(943)	-	-	20.884	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	26/08/2025	11.435	-	(653)	-	-	11.435	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	16/09/2025	25.490	-	(611)	-	-	25.490	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	HSBC Bank Brasil	Cetip	01/07/2025	27.097	479	-	-	-	27.097	479	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	26/08/2025	6.575	-	(67)	-	-	6.575	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	15/07/2025	16.579	-	(1.212)	-	-	16.579	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	15/07/2025	36.593	5.170	-	-	-	36.593	5.170	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	22/07/2025	8.825	899	-	-	-	8.825	899	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Cetip	15/07/2025	13.242	-	(1.045)	-	-	13.242	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	29/07/2025	63.315	-	(4.505)	-	-	63.315	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Cetip	08/07/2025	11.769	-	(891)	-	-	11.769	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	01/07/2025	30.227	-	-	-	-	30.227	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Cetip	01/07/2025	13.253	-	(2.208)	-	-	13.253	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Cetip	08/07/2025	8.555	-	(583)	-	-	8.555	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	05/08/2025	31.272	-	(2.027)	-	-	31.272	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	19/08/2025	14.779	1.453	-	-	-	14.779	1.453	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Cetip	09/09/2025	11.395	-	(1.257)	-	-	11.395	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Daycoval S/A	Cetip	05/08/2025	33.456	-	(1.028)	-	-	33.456	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Daycoval S/A	Cetip	05/08/2025	27.880	-	(771)	-	-	27.880	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	05/08/2025	14.206	906	-	-	-	14.206	906	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Cetip	08/07/2025	58.205	-	(4.995)	-	-	58.205	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	09/09/2025	32.359	-	(3.046)	-	-	32.359	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Bradesco	Cetip	22/07/2025	5.700	-	(298)	-	-	5.700	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Bradesco	Cetip	22/07/2025	5.674	-	(272)	-	-	5.674	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	19/08/2025	5.595	-	(156)	-	-	5.595	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Cetip	26/08/2025	9.497	-	(139)	-	-	9.497	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Daycoval S/A	Cetip	05/08/2025	33.456	-	(1.028)	-	-	33.456	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Daycoval S/A	Cetip	05/08/2025	27.880	-	(771)	-	-	27.880	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	05/08/2025	14.206	906	-	-	-	14.206	906	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Cetip	08/07/2025	58.205	-	(4.995)	-	-	58.205	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Cetip	09/09/2025	32.359	-	(3.046)	-	-	32.359	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Bradesco	Cetip	22/07/2025	5.700	-	(298)	-	-	5.700	-	-	-	
Non deliverable forwards	USD	Banco Bradesco	Cetip	22/07/2025	5.674	-								

... continuação		CCAB Agro S.A.											
Tipo de ativo	Indexador/moeda	Contraparte	Posição	Contratação	Maturidade	MTM		14. Ativos mantidos para venda		30/06/2025		30/06/2024	
						30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024		
Non deliverable forwards	USD	Banco BMG	Compra de NDF	06/05/2024	06/08/2024	-	1.235	3.500	3.500	Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:			
Non deliverable forwards	USD	Banco BMG	Compra de NDF	06/05/2024	06/08/2024	-	1.184	3.500	3.500	Outros efeitos (703) (431)			
Non deliverable forwards	USD	Banco BMG	Venda de NDF	17/06/2024	13/08/2024	-	(121)			Bônus contratual e premiações (408) (23)			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	20/05/2024	30/07/2024	-	1.378			Subvenção de ICMS advinda do convenio 100/17 (a) 750 28.202			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	13/05/2024	13/08/2024	-	2.052			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	20/05/2024	27/08/2024	-	1.375			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	27/05/2024	27/08/2024	-	1.975			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	20/05/2024	03/09/2024	-	913			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	21/05/2024	10/09/2024	-	751			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	03/06/2024	24/09/2024	-	709			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	22/04/2024	02/07/2024	-	735			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	24/05/2024	16/07/2024	-	722			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	11/04/2024	16/07/2024	-	1.324			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	30/05/2025	26/08/2025	(653)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	12/06/2025	16/09/2025	(611)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	24/06/2025	26/08/2025	(67)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda de NDF	28/02/2025	22/07/2025	899	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Compra de NDF	28/03/2025	01/07/2025	(955)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Compra de NDF	31/03/2025	08/07/2025	(583)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	01/04/2025	05/08/2025	(2.027)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Daycoval S/A	Compra de NDF	09/06/2025	05/08/2025	(1.028)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda de NDF	01/04/2025	05/08/2025	906	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Bradesco	Compra de NDF	02/06/2025	22/07/2025	(298)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Compra de NDF	17/06/2025	26/08/2025	(139)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	24/06/2025	19/08/2025	(155)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Compra de NDF	07/04/2025	19/08/2025	(807)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Bradesco	Compra de NDF	07/05/2025	05/08/2025	(779)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Compra de NDF	29/05/2025	22/07/2025	(1.552)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	24/02/2025	15/07/2025	(1.785)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda de NDF	02/04/2025	05/08/2025	1.493	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Bradesco	Compra de NDF	05/06/2025	22/07/2025	(433)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	06/06/2025	22/07/2025	(877)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	13/06/2025	19/08/2025	(162)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú S/A	Compra de NDF	26/06/2025	01/07/2025	(1.746)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú S/A	Compra de NDF	26/06/2025	23/09/2025	(1.036)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Itaú S/A	Compra de NDF	27/06/2025	09/09/2025	(725)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Daycoval S/A	Compra de NDF	30/06/2025	08/07/2025	(262)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	24/02/2025	15/07/2025	(1.716)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Venda de NDF	05/03/2025	12/08/2025	1.946	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	16/06/2025	19/08/2025	(209)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Compra de NDF	26/05/2025	22/07/2025	(1.112)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	01/04/2025	05/08/2025	(761)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda de NDF	07/04/2025	05/08/2025	912	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	07/04/2025	09/08/2025	(1.947)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	06/05/2025	05/08/2025	(1.571)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Compra de NDF	30/05/2025	12/08/2025	(316)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Non deliverable forwards	USD	Banco Original S/A	Compra de NDF	30/05/2025	12/08/2025	(564)	-			Despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do exercício 16.014 55.577			
Totais						(18.720)	25.442						
Instrumentos financeiros qualificados e designados para hedge de fluxo de caixa, considerando os instrumentos representados em outros resultados abrangentes para os casos de fluxo de caixa futuros não realizados no balanço:													
Tipo de ativo	Indexador/moeda	Contraparte	Posição	Contratação	Maturidade	MTM		15. Imposto de renda e contribuição social		30/06/2025		30/06/2024	
						30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024	30/06/2025	30/06/2024		
Non deliverable forwards	USD	Banco BTG Pactual	Compra de NDF	03/06/2024	23/07/2024	-	522	O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:					
Non deliverable forwards	USD	Banco BTG Pactual	Compra de NDF	29/05/2024	30/07/2024	-	361	Reconhecidos no resultado do exercício					
Non deliverable forwards	USD	Banco BTG Pactual	Compra de NDF	31/05/2024	20/08/2024	-	451	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	02/05/2024	06/08/2024	-	2.207	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Venda de NDF	26/06/2024	06/08/2024	-	(213)	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Venda de NDF	26/06/2024	06/08/2024	-	(283)	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	02/05/2024	13/08/2024	-	2.207	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	14/06/2024	13/08/2024	-	196	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	17/05/2024	20/08/2024	-	1.461	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	21/06/2024	20/08/2024	-	284	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	13/06/2024	20/08/2024	-	247	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	10/06/2024	20/08/2024	-	462	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	27/06/2024	27/08/2024	-	160	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	28/06/2024	10/09/2024	-	(47)	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	28/06/2024	10/09/2024	-	(44)	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	03/06/2024	17/09/2024	-	1.053	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	06/06/2024	17/09/2024	-	440	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BNP Paribas	Compra de NDF	19/06/2024	24/09/2024	-	511	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	Banco Fibra	Compra de NDF	27/05/2024	06/08/2024	-	754	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Compra de NDF	07/06/2024	23/07/2024	-	1.142	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Compra de NDF	28/06/2024	10/09/2024	-	(10)	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	BR Partners	Compra de NDF	28/06/2024	17/09/2024	-	(50)	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	Banco Bradesco	Compra de NDF	28/06/2024	17/09/2024	-	(50)	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	HSCB Bank Brasil	Compra de NDF	02/05/2024	23/07/2024	-	2.190	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	HSCB Bank Brasil	Compra de NDF	06/05/2024	06/08/2024	-	1.243	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	HSCB Bank Brasil	Compra de NDF	06/05/2024	06/08/2024	-	1.297	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	HSCB Bank Brasil	Venda de NDF	26/06/2024	06/08/2024	-	(255)	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	HSCB Bank Brasil	Compra de NDF	04/06/2024	13/08/2024	-	(32)	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	HSCB Bank Brasil	Venda de NDF	17/06/2024	13/08/2024	-	(484)	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	HSCB Bank Brasil	Compra de NDF	28/05/2024	03/09/2024	-	1.198	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	Banco BMG	Compra de NDF	02/05/2024	16/07/2024	-	1.070	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda de NDF	11/06/2024	16/07/2024	-	(86)	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	20/05/2024	30/07/2024	-	1.380	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	20/05/2024	30/07/2024	-	2.251	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	27/05/2024	30/07/2024	-	1.991	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda de NDF	26/06/2024	06/08/2024	-	(291)	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	24/06/2024	06/08/2024	-	402	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Venda de NDF	13/05/2024	13/08/2024	-	(2.061)	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	26/06/2024	20/08/2024	-	526	Reconhecidos no patrimônio líquido					
Non deliverable forwards	USD	Banco Credit Agricole	Compra de NDF	27/05/2024	03/09/2024	-	1.187	Reconhecidos no resultado do exercício corrente					

Table with multiple columns and rows containing financial data, including sections for '19. Intangível', '20. Fornecedores', '21. Empréstimos', '22. Obrigações com pessoal', and '23. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas'. It also includes a 'Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras' and a signature block for the Director and Auditor.



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/08/2025

Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



São Paulo, 25 de julho de 2025. Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP - 034.519/0 Mauricio Mitio Yuhara - Contador CRC SP - 260.523

Santo Atílio Agroflorestal S.A.

(em constituição)

Escritura Pública de Constituição de Sociedade por Ações, Subsidiária Integral
No dia treze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (13/06/2025), lavrou esta escritura, nesta cidade de São Paulo/SP, cujas assinaturas são colhidas sob a forma do Provedimento CNJ 149/2023, forma pela qual se fazem presentes, perante mim, escrevente do 30º Tabelião de Notas da Comarca de Capital de São Paulo, as seguintes "Partes": como "Outorgante", **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.850.217/0001-21, regida por seu Regulamento datado de 13/11/2024, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012, Conjunto 141, Andar 14, Jardim Paulistano, cidade e Estado de São Paulo, CEP 01451-919, neste ato representado por seu gestor **Copa Gestão de Investimentos Ltda.**, sociedade limitada empresarial, com sede na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 16º andar, conjunto 16-E, cidade e Estado de São Paulo/SP, CEP 04536-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.335.579/0001-10, autorizada a prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários pelo Ato Declaratório da CVM nº 12.335, de 17 de maio de 2012, registrada perante a Junta Comercial de São Paulo (JUCCESP) sob NIRE nº 35.226.471-50-0, regida por seu contrato social consolidado nos termos da "15ª Alteração e Consolidação de Contrato Social", datada de 15 de março de 2024 e registrada perante a JUCCESP, em sessão de 8 de abril de 2024 sob nº 141.610/24-4 (não constam arquivamentos posteriores, conforme ficha cadastral expedida pela JUCCESP em 28/05/2025), neste ato representada nos termos da cláusula 6ª do seu referido contrato social por seu "Diretor de Gestão" **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, declarando-se casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 02730836483, em que consta a cédula de identidade nº 26607553-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 048.731.858-74, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conj. 16G, CEP 04536-900, detentor do e-mail fa@copainvest.com.br; e como "Diretor Executivo" **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, declarando-se casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 00635896792, em que consta a cédula de identidade nº 24140174-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 262.349.228-05, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conj. 16G, CEP 04536-900, detentor do e-mail ms@copainvest.com.br; ainda como "Intervenientes Anuentes" (Diretores Eleitos): **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, **Marcelo Maris Sales** supra qualificados, e **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, declarando-se casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 00884814902 em que consta a cédula de identidade nº 29499988-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900; e, como "Advogada", **Thaisla Carolina Carvalho**, brasileira, declarando-se solteira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o nº 495.109, portadora do RG nº 37.250.877-7-SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 456.674.448-52, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conj. 16G, CEP 04536-900, detentora do e-mail thaisla@quercenciaagroflorestal.com.br; **Da Identidade e da Capacidade das Partes**. A verificação da regularidade da representação das Partes e a identificação dos presentes foram feitas em vistas aos documentos apresentados no original e retro mencionados, estando os presentes plenamente capazes e em gozo de perfeito juízo e entendimento, ao que dou fé pública. Os referidos representantes declararam, em relação às sociedades que ora representam, sob responsabilidade pessoal, que não existem outros atos societários mais atuais aos retro indicados ou que de algum modo os alterem. Os presentes declaram que todos os dados de qualificação pessoal acima mencionados são verdadeiros e estão atualizados. **Da Finalidade do Ato**. Por este ato, as Partes desejam realizar a assembleia geral de constituição da Sociedade por Ações, subsidiária integral, denominada **Santo Atílio Agroflorestal S.A.**, nos termos abaixo.

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações, Subsidiária Integral – realizada em 13 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: No dia treze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (13/06/2025), às 16 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujas assinaturas são colhidas sob a forma do Provedimento CNJ 149/2023. **2. Presença:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, representada pela gestora **Copa Gestão de Investimentos Ltda.** **3. Acionista:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.850.217/0001-21, regida por seu Regulamento datado de 13/11/2024, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012, Conjunto 141, Andar 14, Jardim Paulistano, cidade e Estado de São Paulo, CEP 01451-919. **4. Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **5. Ordem do Dia:** a) Constituição de uma sociedade de capital fechado – subsidiária integral, leitura, discussão e aprovação do estatuto; b) Subscrição e forma de integralização das ações; c) Eleição dos membros para composição da Diretoria; d) Eleição do Conselho Fiscal; e) A lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Deliberações:** Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram: **a. O Estatuto Social:** Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **Santo Atílio Agroflorestal S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-G Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900 e Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o abaixo definido "Anexo II" desta Escritura de Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Santo Atílio Agroflorestal S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. **b. Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 100% (cem por cento), tendo sido constatada a realização em dinheiro de R\$ 1.000,00 (um mil reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com o Boletim de Subscrição que constitui o abaixo definido "Anexo I" à presente ata ("Anexo I"). **c. Eleição dos Membros da Diretoria:** Eleger os Srs. (a) **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; (b) **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4 SPS/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e (c) **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7 SPS/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, CEP 04536-900, todos com mandato de 3 (três) anos, os quais declaram estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, pelo qual compõe o Anexo III, da presente Ata de Assembleia de Constituição da Companhia. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 10.000,00 (dez mil reais). **d. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, e somente será instalado quando por solicitação dos acionistas, na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que for requerido seu funcionamento. **e.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Escritura de Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia, após a qual a presente ata foi lavrada, lida e assinada pelo presidente, diretores eleitos e acionistas. **Acionistas Presentes:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, supra qualificada. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.667.891 em 26/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Santo Ângelo Agroflorestal S.A.

(em constituição)

Escritura Pública de Constituição de Sociedade por Ações, Subsidiária Integral
No dia treze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (13/06/2025), lavrou esta escritura, nesta cidade de São Paulo/SP, cujas assinaturas são colhidas sob a forma do Provedimento CNJ 149/2023, forma pela qual se fazem presentes, perante mim, escrevente do 30º Tabelião de Notas da Comarca de Capital de São Paulo, as seguintes "Partes": como "Outorgante", **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.850.217/0001-21, regida por seu Regulamento datado de 13/11/2024, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012, Conjunto 141, Andar 14, Jardim Paulistano, cidade e Estado de São Paulo, CEP 01451-919, neste ato representado por seu gestor **Copa Gestão de Investimentos Ltda.**, sociedade limitada empresarial, com sede na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 16º andar, conjunto 16-E, cidade e Estado de São Paulo/SP, CEP 04536-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.335.579/0001-10, autorizada a prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários pelo Ato Declaratório da CVM nº 12.335, de 17 de maio de 2012, registrada perante a Junta Comercial de São Paulo (JUCCESP) sob NIRE nº 35.226.471-50-0, regida por seu contrato social consolidado nos termos da "15ª Alteração e Consolidação de Contrato Social", datada de 15 de março de 2024 e registrada perante a JUCCESP, em sessão de 8 de abril de 2024 sob nº 141.610/24-4 (não constam arquivamentos posteriores, conforme ficha cadastral expedida pela JUCCESP em 28/05/2025), neste ato representada nos termos da cláusula 6ª do seu referido contrato social por seu "Diretor de Gestão" **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, declarando-se casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 02730836483, em que consta a Cédula de Identidade nº 26607553-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 048.731.858-74, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conj. 16G, CEP 04536-900, detentor do e-mail fa@copainvest.com.br; e como "Diretor Executivo" **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, declarando-se casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 00635896792, em que consta a Cédula de Identidade nº 24140174-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 262.349.228-05, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conj. 16G, CEP 04536-900, detentor do e-mail ms@copainvest.com.br; ainda como "Intervenientes Anuentes" (Diretores Eleitos): **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, **Marcelo Maris Sales** supra qualificados, e **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, declarando-se casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH expedida pelo DETRAN/SP sob registro nº 00884814902 em que consta a cédula de identidade nº 29499988-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900; e, como "Advogada", **Thaisla Carolina Carvalho**, brasileira, declarando-se solteira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o nº 495.109, portadora do RG nº 37.250.877-7-SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 456.674.448-52, com endereço profissional na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conj. 16G, CEP 04536-900, detentora do e-mail thaisla@quercenciaagroflorestal.com.br; **Da Identidade e da Capacidade das Partes**. A verificação da regularidade da representação das Partes e a identificação dos presentes foram feitas em vistas aos documentos apresentados no original e retro mencionados, estando os presentes plenamente capazes e em gozo de perfeito juízo e entendimento, ao que dou fé pública. Os referidos representantes declararam, em relação às sociedades que ora representam, sob responsabilidade pessoal, que não existem outros atos societários mais atuais aos retro indicados ou que de algum modo os alterem. Os presentes declaram que todos os dados de qualificação pessoal acima mencionados são verdadeiros e estão atualizados. **Da Finalidade do Ato**. Por este ato, as Partes desejam realizar a assembleia geral de constituição da Sociedade por Ações, subsidiária integral, denominada **Santo Ângelo Agroflorestal S.A.**, nos termos abaixo.

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade por Ações, Subsidiária Integral – realizada em 13 de junho de 2025

1. Data, Hora e Local: No dia treze do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco (13/06/2025), às 16:00 horas, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, cujas assinaturas são colhidas sob a forma do Provedimento CNJ 149/2023. **1. Presença:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, representada pela gestora **Copa Gestão de Investimentos Ltda.** **2. Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Acionista:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 51.850.217/0001-21, regida por seu Regulamento datado de 13/11/2024, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2012, Conjunto 141, Andar 14, Jardim Paulistano, cidade e Estado de São Paulo, CEP 01451-919. **4. Ordem do Dia:** a) Constituição de uma sociedade de capital fechado – subsidiária integral, leitura, discussão e aprovação do estatuto social; b) Subscrição e forma de integralização das ações; c) Eleição dos membros para composição da Diretoria; d) Eleição do Conselho Fiscal; e) A lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **5. Deliberações:** Acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, aprovaram: **a. O Estatuto Social:** Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **Santo Ângelo Agroflorestal S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-C Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900 e Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o abaixo definido "Anexo II" desta Escritura de Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Santo Ângelo Agroflorestal S.A.**, a qual iniciará suas atividades, logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário. **b. Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00 (mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 100% (cem por cento), tendo sido constatada a realização em dinheiro de R\$ 1.000,00 (um mil reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constitui o abaixo definido "Anexo I" à presente ata ("Anexo I"). **c. Eleição dos Membros da Diretoria:** Eleger os Srs. (a) **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; (b) **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4 SPS/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e (c) **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7 SPS/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900, todos com mandato de 3 (três) anos, os quais declaram estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, pelo qual compõe o Anexo III, da presente Ata de Assembleia de Constituição da Companhia. Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 10.000,00 (dez mil reais). **d. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, e somente será instalado quando por solicitação dos acionistas, na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que for requerido seu funcionamento. **e.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Escritura de Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia, após a qual a presente ata foi lavrada, lida e assinada pelo presidente, diretores eleitos e acionistas. **8. Acionistas Presentes:** **Austral II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia**, supra qualificada. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.668.006 em 26/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Ágata Florestal S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Em 12 de junho de 2025 às 10h, na sede Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-A Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o Anexo I desta Assembleia de Constituição. **Mesa:** Presidente: **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**. Secretário: **Marcelo Maris Sales**. **Convocação:** Dispensada convocação prévia consoante disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** **1.** Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação **Ágata Florestal S.A.**, com sede e foro na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, Conjunto 16-A Parte, Jardim Europa, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900. **2.** Aprovar o capital social inicial de R\$ 1.000,00 (um mil reais), representado por 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O capital está integralizado em 100% (cem por cento), tendo sido constatada a realização em dinheiro de R\$ 1.000,00 (um mil reais) depositados em conta vinculada no Banco do Brasil, nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo I desta Assembleia de Constituição. **3.** Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o Anexo II desta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Ágata Florestal S.A.**, em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. **4.** Eleger os Srs. (a) **Fernando Ribeiro Fortes Abucham**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 26.607.553-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 048.731.858-74, para o cargo de Diretor sem designação específica; (b) **Marcelo Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, bacharel em direito, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.140.174-4 SPS/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 262.349.228-05, para o cargo de Diretor sem designação específica; e (c) **Apolonio Jorge Maris Sales**, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 29.499.988-7 SPS/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 222.315.308-99, todos com domicílio na Rua Jerônimo da Veiga, 164, Cj. 16G, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04536-900, todos com mandato de 3 (três) anos, os quais declaram estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, pelos quais compõem os Anexos III, IV e V respectivamente da presente Ata de Assembleia de Constituição da Companhia. **5.** Fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria em até R\$ 1.000,00 (mil reais). **6.** Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. **Acionistas:** **Fernando Ribeiro Fortes Abucham** e **Marcelo Maris Sales**. Certifico que a presente confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 12 de junho de 2025. **Mesa:** **Fernando Ribeiro Fortes Abucham** – Presidente; **Marcelo Maris Sales** – Secretário. **Diretores Eleitos:** **Fernando Ribeiro Fortes Abucham** – Diretor; **Marcelo Maris Sales** – Diretor; **Apolonio Jorge Maris Sales** – Diretor. Visto da Advogada: **Thaisla Carolina Carvalho OAB/SP 495.109**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.667.905 em 26/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 06/08/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

